

Um olhar sobre a presença portuguesa em Roma: Mons. José de Castro no quadro de uma narrativa de glorificação Patriótica

HENRIQUE MANUEL PEREIRA | SANDRA VALE



Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (UCP-CITAR), Portugal
hpereira@porto.ucp.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3473-4144>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (UCP-CITAR), Portugal
valesandramaria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8436-9563>

Resumo: Enquanto Conselheiro Eclesiástico da Legação de Portugal junto da Santa Sé (1930-1944), Mons. José de Castro retirou máximo partido dos arquivos romanos, concretizando um apreciável levantamento e sistematização de fontes sobre acontecimentos e figuras que notabilizaram Portugal em Roma e no mundo. Dali resultou, entre outras obras, *Portugal em Roma* (1939), marco na obra bibliográfica do sacerdote, diplomata, jornalista e investigador transmontano. Com destaque para a correspondência inédita, e na passagem dos 80 anos da publicação da obra, o presente artigo traça-lhe a motivação e o contexto, evoca as grandes celebrações dos centenários da independência, bem como as negociações para a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre o Estado português e a Santa Sé.

Palavras-Chave: nacionalismo, diplomacia, Festas dos Centenários, *Portugal em Roma*, José de Castro.

A look at the portuguese presence in Rome: Msgr. José de Castro in the framework of a narrative of patriotic glorification

Abstract: As Ecclesiastical Counselor of the Legation of Portugal to the Holy See (1930-1944), Monsignor José de Castro took maximum advantage of the roman archives, materializing an appreciable survey and systematization of sources about events and figures that made Portugal remarkable in Rome and in the world. From these efforts resulted, among other works, *Portugal em Roma* (1939), a landmark in the bibliographical work of the priest, diplomat, journalist and researcher of Trás-os-Montes. With emphasis on unedited correspondence, and in the 80 years since the publication of the work, this article traces its motivation and the context, evokes the great celebrations of the centenaries of independence, as well the negotiations for the signing of the Concordat and the Missionary Agreement between the portuguese State and the Holy See.

Keywords: nationalism, diplomacy, Festas dos Centenários, *Portugal em Roma*, José de Castro.

“E isto porque o Sr. Padre José de Castro se não limitou a dar-nos uma rese-
nha de factos de interesse restrito sob o ponto de vista eclesiástico, mas fez
um trabalho de carácter verdadeiramente nacional”.

(Augusto de Castro)

“O Embaixador d’Espanha quer para o seu país um livro nos moldes do
meu; e decerto que terá novo apetite quando vir o que estou a fazer sobre
os portugueses no Concilio de Trento, com Fr. Bartolomeu dos Mártires
na cabeça do rol”.

(Mons. José de Castro)

1. José António de Castro (1886-1966), uma das mais ilustres personali-
dades de Bragança e da história portuguesa contemporânea, deixou um lastro de res-
peitabilidade e de apreço nos vários contextos de vida em que se moveu. Nas esferas
eclesiástica, diplomática, académica e cultural, foram inúmeras as manifestações
de reconhecimento pela sua ação e atributos profissionais e pessoais. “Homem de
carácter e de cultura [...], foi sacerdote (sempre ligado pela incardinação à diocese de
Bragança-Miranda), jornalista, escritor, professor, historiador, conferencista, diplo-
mata. Foi tudo isso em grau superlativo”¹. Não obstante, após a sua morte, ocorrida
em agosto de 1966, muito cedo sobre ele se abateu uma amnésia coletiva, para cujo
resgate é justo se reconheça o contributo, no centenário do seu nascimento, de todo
um número da revista *Brigantia*² e, mais recentemente, em dezembro de 2016, no
quadro da passagem dos 50 anos sobre a sua morte e dos 130 do seu nascimento,
a realização do Congresso *Monsenhor José de Castro: Vida, Obra e Pensamento*.

Quando José de Castro chegou a Roma para desempenhar as funções de
Conselheiro Eclesiástico da Legação portuguesa junto da Santa Sé, cargo para o
qual foi nomeado pelo Governo português, em 15 de junho de 1930³, contava já
no seu currículo centenas de artigos e crónicas publicados em diversos periódicos,
particularmente no *Novidades* e no *Jornal do Brasil*. Não obstante incursões anteriores
nas lides jornalísticas, seria a sua colaboração naquele popular diário carioca, iniciada

1 Henrique Manuel Pereira – Mons. José de Castro foi uma das mais ilustres personalidades de Bragança. *Mensageiro de Bragança* (24 nov. 2016), pp. 18-19. Entrevista conduzida por António G. Rodrigues e realizada no âmbito do Congresso *Monsenhor José de Castro: vida, obra e pensamento*, que decorreu na Sala de Atos da Câmara Municipal de Bragança (Teatro Municipal), no dia 9 de dezembro de 2016. O programa integrou uma cerimónia de homenagem, no cemitério do Toural, no decorrer da qual se colocou uma lápide evocativa.

2 *Brigantia (Revista de Cultura)*, n.º 4 (outubro-dezembro 1986).

3 Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Processo individual de P. José de Castro: MNE, Proc. 674/35.

em 1925, a moldar e consolidar a sua faceta de publicista de fôlego. Na qualidade de enviado especial do *Jornal do Brasil*, José de Castro realizou a cobertura jornalística da peregrinação da Arquidiocese do Rio de Janeiro a Roma e à Terra Santa e às festas italianas do sétimo centenário de São Francisco de Assis. Tais experiências propiciaram, de resto, matéria para as suas primeiras obras: *A Roma e à Terra Santa (Crônicas de Viagem)* (1925), *S. Francisco de Assis* (1926) e *Terras de S. Francisco de Assis (Crônicas de Viagem)* (1928).

O *corpus* de crônicas de José de Castro não se restringia, contudo, às temáticas das peregrinações ou do franciscanismo. Parte significativa dos textos publicados entre 1925 e 1930 foi dedicada à defesa do papel preponderante da Igreja na sociedade e de um quadro político-ideológico que garantisse, quer a sua afirmação, quer a salvaguarda dos seus interesses. Não se tratava de posição original ou peregrina, mas alinhada com o discurso diplomático pontifício, propugnador da clarificação jurídica das relações entre a Santa Sé e os Estados totalitários emergentes, através do estabelecimento de concordatas⁴.

As “Cartas do Brasil” publicadas no *Novidades*, bem como as “Cartas de Portugal” e outras crônicas, dadas à estampa no *Jornal do Brasil*, revelavam a expectativa do publicista face aos ventos nacionalistas que sopravam da Itália de Mussolini e o entusiasmo com que assistia à consolidação da Ditadura em Portugal.

Em junho de 1929, de passagem por Lisboa após a cobertura jornalística da assinatura dos Acordos de Latrão e das exposições de Barcelona e Sevilha ao serviço do *Jornal do Brasil*, o Presidente da República, General Óscar Carmona, concedeu-lhe uma entrevista. Nela se relevavam os feitos da Ditadura em Portugal, de entre os quais, rompendo-se com anos de perseguição por parte do regime republicano, a normalização das relações do Estado com a Igreja.

O sacerdote jornalista sintetizou deste modo as declarações do chefe de Estado, a propósito da questão religiosa: “mostrou [Óscar Carmona] que, até por motivos de nobre e sã política, os governos devem respeitar a cousa mais delicada de um povo como é a sua consciência religiosa”⁵. A entrevista constituiu um “elogio máximo da obra da ditadura”, pelo que, por entre a apologia das medidas governativas levadas a efeito, emergia a figura de António de Oliveira Salazar e respetiva ação na liderança da pasta das finanças:

“Estamos na aurora de um radioso dia, o dia da ventura e da grandeza de Portugal. Veja o que o extraordinário Ministro das Finanças tem feito. Ele lhe dirá da sua obra e dos seus planos grandiosos. No entanto, como Presidente da República, tenho prazer

4 David Sampaio Dias Barbosa – Santa Sé e Portugal. In *Dicionário de História Religiosa de Portugal: P-V: Apêndices*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 165.

5 José de Castro – As realizações da Dictadura em Portugal - O restabelecimento da ordem - O equilíbrio orçamentário - A política exterior: Entrevista com o Presidente Carmona. *Jornal do Brasil* (26 jul. 1929), p. 6, col. 6.

em verificar que a Nação aplaude a obra prodigiosa do grande ministro e como que o envolve nos esplendores de uma apoteose”⁶.

José de Castro perfilhava aquele sentimento de apoteose. Em António de Oliveira Salazar depositava a esperança da glorificação da Pátria e da Igreja, acalentada desde o tempo de militância no Partido Nacionalista e das atividades de resistência às medidas anticlericais impostas pelo regime republicano, as quais, aliás, o conduziram ao exílio em terras de Vera Cruz. Não admira, pois, que nas colunas dos periódicos que domiciliavam as suas crónicas abundassem encómios ao Ministro das Finanças e à sua “política de verdade, de sacrifício”⁷, patenteando uma total identificação com a ideologia que suportava o novo regime.

A nomeação de José de Castro para o cargo de Conselheiro Eclesiástico da Legação de Portugal junto da Santa Sé granjeou-lhe incontestável prestígio. Garantindo ao Governo nacional uma presença credível e eficiente no seio do corpo diplomático credenciado junto do Quirinal e do Vaticano, afirmou-se como figura indispensável na Legação portuguesa junto da Santa Sé.

Vasco de Quevedo, Ministro Plenipotenciário nesta representação diplomática entre 1936 e 1940, em informação sobre o Consultor Eclesiástico, remetida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em 31 de dezembro de 1937, elenca os predicados do “funcionário distintíssimo”: “dispõe de uma cultura vastíssima, não só dentro da sua especialidade como canonista proeficiente, mas na área amplíssima dos conhecimentos humanistas”⁸. Particular referência merecem-lhe os traços de carácter de Mons. Castro, manifestamente relevantes em contexto diplomático:

“durante os sete anos e meio que leva ao serviço desta Missão, tem cultivado os meios eclesiásticos e leigos do Vaticano e em geral os sectores romanos, com o melhor dos sucessos. Creio poder afirmar que em cada funcionário do Vaticano ou das congregações e mesmo entre muitas das personagens mais altas e representativas da Igreja, conta um amigo seguro, devido à sua bondade e ao interesse particular da sua conversação cheia de originalidade, de cunho pessoal, despretenhosa e cintilante”⁹.

Não surpreende, portanto, a afirmação categórica da relevância dos serviços e da presença de Mons. José de Castro naquela representação diplomática:

6 *Ibidem*, col. 7.

7 Idem – Cartas de Portugal: Glorificação do Ministro das Finanças – Ouro de portugueses a quem zela o ouro de Portugal – Política de verdade, de sacrifício e nacional – Como se responde á bofetada de Genebra. *Jornal do Brasil* (11 dez. 1929), p. 6, col. 1-2.

8 *Ibidem*.

9 *Ibidem*.

“[...] Monsenhor Castro, pelo seu ânimo esforçado e fogoso de bem servir consegue prestar-me um conjunto de informações, de notícias e de serviços verdadeiramente preciosos para o desempenho da minha missão. Trata-se, pois, de um colaborador inestimável, com valor intelectual, uma catividade, uma ânsia patriótica, com um conjunto de qualidades, enfim, que não poderão ser superadas por ninguém no desempenho difícil de Consultor Eclesiástico nesta Legação”¹⁰.

Que a largueza do caráter e a capacidade de ação do Conselheiro Eclesiástico o notabilizaram nos meios romanos e favoreceram o estreitar de laços de amizade com muitos daqueles que com ele privaram prova-o sua correspondência epistolar. Nela se reflete a densa rede de relações mantida ao longo de anos com personalidades de relevo na vida política, religiosa e cultural, designadamente de Portugal, Brasil, Itália, Bélgica e Espanha¹¹.

Não obstante a exigência do exercício diplomático desenvolvido em agitada conjuntura da ordem mundial, pesava a José de Castro o “tédio dourado de Roma”. Como vencê-lo? Pela investigação. Nos arquivos da Legação Portuguesa e nos arquivos do Vaticano, entre outros, trouxe à luz numerosos documentos desconhecidos ou votados ao esquecimento, porém fundamentais ao conhecimento e compreensão de acontecimentos e de personalidades que marcaram decisivamente a história de Portugal e da Igreja.

Em finais de 1934, Mons. José de Castro dava nota ao seu amigo e conterrâneo Raul Teixeira, secretário do Governo Civil de Bragança e futuro diretor do Museu Regional, da conclusão do seu primeiro trabalho de investigação histórica. Tratava-se do texto “Visitas Pontifícias a S. António dos Portugueses”, destinado a integrar um livro de homenagem ao erudito Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, com organização de Raul Teixeira¹². O estudo, para o qual solicitou o olhar analítico do organizador da referida obra laudatória, era constituído por 22 páginas datilografadas, suportadas em 107 referências a documentos do Arquivo da Legação Portuguesa junto da Santa Sé¹³. À data, Mons. José de Castro já se adentrara no “importante e quase inédito” acervo¹⁴, perspetivando novas publicações. Delas dá nota a Raul Teixeira em carta datada de 20 de janeiro de 1935: “Tenho aqui tantos trabalhos em perspectiva que tenho de adiar para mais tarde o projeto de publicar uma série de coisas como era meu desejo”¹⁵. O desejo de publicação a partir das aludidas investigações encontraria plena concretização nos dois volumes de *Portugal em Roma*.

10 *Ibidem*.

11 Cf. Belarmino Afonso – Correspondência Epistolar de Mons. José de Castro. *Brigantia*, n.º 4 (out.-dez. 1986), pp. 455-465.

12 Museu do Abade de Baçal (MAB), Fundo Raul Teixeira: Cx. 4(2)/mç. 6. [Documentação em organização].

13 *Ibidem*: Cx. 5/doc. 254.

14 Cf. Alberto d’Oliveira – Portugal em Roma. *A Voz* (11 nov. 1939), p. 1, col. 1.

15 MAB, Fundo Raul Teixeira: Cx. 1/doc. 255. [Documentação em organização]

2. As celebrações dos centenários da independência nacional – oitavo centenário da fundação da nacionalidade (1140) e terceiro centenário da restauração da independência (1640), a levar a efeito entre 1939 e 1940 – constituíram o elemento propulsor para a publicação de *Portugal em Roma*. Como declara o autor na nota prefacial, a obra resultara do “desejo de dar aos leitores uma girândola de novidades portuguesas antes de estalarem nos ares os foguetes dos Centenários”¹⁶.

Ao longo de um ciclo único de comemorações festivas, cuja realização Salazar anunciara em nota oficiosa, de 27 de março de 1938¹⁷, o Estado Novo propunha-se evocar as glórias nacionais alcançadas em oito séculos de história e afirmar, interna e externamente, a ação civilizadora de Portugal no mundo¹⁸. De entre as múltiplas iniciativas político-sociais e culturais estabelecidas para assinalar a efeméride, figuravam as publicações bibliográficas, sobre as quais recaía grande expectativa:

“Uma vez posta em marcha a ideia das celebrações centenárias, o Governo julga que muitas publicações aparecerão em que particulares e corporações ou institutos científicos de ensino hão de mostrar, sob os mais diversos aspetos e nos mais diversos domínios, a ação de Portugal e dos portugueses nos oito séculos de existência. [...] a atenção convergindo no mesmo plano fundamental de glorificação pátria pode dar lugar a muitas e valiosas criações”¹⁹.

Portugal em Roma foi, pois, consonante com o objetivo de representatividade ideológica e histórica do regime. “Também eu me preparo para contribuir para os nossos Centenários. Estou a escrever um livro ‘Portugal em Roma’ cuja matéria se me afigura inteiramente oportuna”, declara Mons. José de Castro, em carta de 8 de dezembro de 1938, dirigida a Oliveira Salazar, o “grande Chefe”²⁰.

Com efeito, colocando-se perante os leitores como “hóspede em questões históricas”, o autor propunha-se, em *Portugal em Roma*, apresentar um conjunto de assuntos, de acontecimentos e de figuras que notabilizaram Portugal na cidade de Roma, configurando como que um prómio das grandes festividades dos centenários. A investigação que empreendera nos arquivos diplomáticos romanos encontrava nelas plena justificação e enquadramento. De resto, o novo contributo bibliográfico para as celebrações dos Centenários somava-se a uma multiplicidade de esforços e diligências que vinha empreendendo, visando o estreitamento de relações

16 José de Castro – *Portugal em Roma*. Lisboa: União Gráfica, 1939, vol. I.

17 Manuel Poirier Braz – *Salazar: A cadeira do Poder*. Lisboa: Editorial Presença, 2008, p. 89.

18 Cf. Presidência do Conselho, Independência de Portugal (Nota oficiosa). *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1 (31 jan. 1939), pp. 2-7.

19 *Ibidem*, p. 6.

20 Torre do Tombo (TT), Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência de José de Castro: PT/AOS/E/0060/00014; Cota: AOS/CP-060, cx. 917, f. 194-195. Carta entretanto publicada em: Henrique Manuel Pereira; Sandra Vale – *Correspondências: Mons. José de Castro, António de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano*. Bragança: Diocese de Bragança-Miranda, 2020, p. 105.

entre o Governo português e a Santa Sé, de molde a reunir as condições necessárias para a celebração de uma concordata entre os dois Estados, que honrasse as relações históricas que os uniam e mutuamente engrandeciam.

Com este fito, o sacerdote manteve contactos estreitos com algumas das figuras mais destacadas da diplomacia dos dois Estados, nomeadamente com o Núncio Apostólico em Lisboa, Mons. Pietro Ciriaci, e com o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

A volumosa correspondência particular entre Mons. José de Castro e Oliveira Salazar, iniciada com a ascensão do Professor de Finanças à chefia do governo, e particularmente intensa entre 1938 e 1940, é evidência inequívoca do “papel inaudito para um consultor eclesiástico”, nas palavras de Bruno Cardoso Reis, que o sacerdote assumiu²¹. As missivas do Conselheiro Eclesiástico para o Presidente do Conselho eram frequentes e ricas de informação, contemplando, entre outros assuntos, as movimentações político-diplomáticas de uma Europa em convulsão, bem como a imagem de Portugal e do regime junto da Santa Sé e de países particularmente relevantes para a nação e para o Estado Novo, como eram a Itália e a Espanha.

Mas a comunicação entre Mons. Castro e Oliveira Salazar não se restringia à troca de correspondência epistolar. Por ocasião das suas passagens por Lisboa para gozo de licença para descanso, o Presidente do Conselho convocava-o a comparecer em São Bento, como confidenciou a Raul Teixeira, por carta de 14 de julho de 1938:

“Sou verdadeiramente um homem de *bonne chance*. Soube o Doutor Salazar que estava em Lisboa e mandou-me chamar a S. Bento. Não interessa o assunto da palestra; basta dizer que foi muito carinhoso comigo e fiquei vaidoso para larga temporada pois tenho a certeza de que não fiquei reprovado”²².

Mons. Castro vivia um tempo ímpar de ação nos meios políticos e diplomáticos. Por ocasião da publicação de *Portugal em Roma*, as negociações da Concordata entre o Estado português e a Santa Sé entravam numa fase crucial. Esta circunstância reforçou o caráter político da obra, facto que o Núncio Apostólico em Lisboa, uma das figuras centrais no referido processo negocial, reconheceu desde logo. Em telegrama enviado na manhã de 4 de novembro de 1939, Mons. Ciriaci felicitou o autor-diplomata pelo “magnífico trabalho que dá tanta luz às relações entre a Santa

21 Bruno Cardoso Reis – *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. Imprensa de Ciências Sociais, 2006, p. 110.

22 MAB, Fundo Raul Teixeira: Cx. 4 (2)/mç. 6. [Documentação em organização]

Sé e Portugal, sendo novo argumento da atividade benemerita do ótimo consultor eclesiástico”²³.

A publicação de *Portugal em Roma* no quadro das celebrações dos Centenários era questão ponderosa para Mons. José de Castro. A si mesmo a impunha como serviço à nação. Se Portugal havia sido grande nas relações que estabelecera com a Roma papal, era imperioso que num momento de ressurgimento nacional se conhecesse e retomasse o passado glorioso, em prol de um futuro ainda mais auspicioso.

Não surpreende, portanto, ser esse um dos assuntos mencionados pelo Conselheiro Eclesiástico nas cartas dirigidas ao Presidente do Conselho, colocando-o a par do andamento dos trabalhos. Em inícios de 1939, a elaboração da monografia parecia sobrepor-se ao trabalho diplomático, como se depreende das palavras do autor na missiva de 16 de fevereiro de 1939: “Nos momentos vagos de escrever a obra ‘Portugal em Roma’ (já tenho 3 capítulos) saio à rua e tenho procurado conversar com gente de peso”²⁴.

Em finais de junho, por forma a garantir a publicação da obra em tempo útil, Mons. José de Castro decidiu avançar com a impressão, a expensas próprias, sem rejeitar, todavia, um eventual auxílio do Estado, como referiu a Oliveira Salazar, em carta de 26 de junho de 1939:

“Porque encontrei aqui uns cobres de que posso dispor, acabo de dizer a Mons. Pais de Figueiredo que principie a impressão da obra ‘Portugal em Roma’.

Depois de publicada, se V. Ex.^a entender que poderei receber um auxílio do Estado, não serei tão soberbo que o enjeite.

Fazendo assim, contribuo para que mais depressa saia antes dos Centenários. Não é verdade?”²⁵.

Não obstante, o Conselheiro Eclesiástico havia de dispensar o Estado de tal encargo. Em carta datada de 31 de agosto de 1939, depois de expor “informações seguras e de confiança” sobre as movimentações político-militares a leste, dá nota ao chefe do governo do ponto em que se encontravam os trabalhos, bem como do seu propósito de prescindir de qualquer recompensa monetária:

“Portugal em Roma’ já está composto. Vai fazer-se a impressão. O Pais de Figueiredo levará a V. Ex.^a o 1.º exemplar. E vem a talho de foice dizer que me julgo dispensado de desejar o auxílio do Estado. Deus deu-me o que basta. Para mim já é boa recompensa

23 MAB, Fundo Raul Teixeira: Cx. 1, doc. 131. [Documentação em organização]

24 TT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência de José de Castro: PT/AOS/E/0060/00014, f. 202. Carta entretanto publicada em: Henrique Manuel Pereira; Sandra Vale – *Correspondências*, pp. 112-115.

25 *Ibidem*, f. 220.

saber que fiz coisa do agrado de V. Ex.^a e que dou à Nação na alegria dos Centenários, o esforço do meu trabalho e o dinheiro da minha bolsa”²⁶.

Portugal em Roma foi, assim, urdido, a um tempo, na teia da diplomacia e da investigação nos arquivos romanos e, fruto da abnegação do autor, publicado no alvor das celebrações centenárias, como era seu propósito.

Note-se, que, pese embora o enquadramento do trabalho monográfico em tal efeméride, *Portugal em Roma* não foi incluída na extensa “bibliografia das comemorações centenárias”, compulsada no último número da *Revista dos Centenários*²⁷. Não obstante, o autor não deixou de marcar presença efetiva nas celebrações, quer como membro da embaixada externa da Santa Sé às comemorações centenárias, quer no encerramento das festividades na capital italiana, ocorrido no salão nobre do Instituto de Santo António dos Portugueses, no dia 2 de dezembro de 1940, sob presidência de Carneiro Pacheco, Embaixador de Portugal no Vaticano. Naquele evento, revestido de “excepcional solenidade”, Mons. José de Castro proferiu mesmo um discurso “pleno de erudição e interesse”, versado sobre as “seculares relações entre Portugal e Roma, recordando o influxo que recebemos da Igreja e a vastidão da nossa obra missionária e civilizadora”²⁸. Convergente com o desígnio das grandes celebrações, tratou-se de uma alocução eivada de fervor patriótico, no qual a bandeira nacional foi exaltada enquanto símbolo de trabalho, de fé e de conquista:

“Quando a bandeira [...] se desdobra no cimo das fábricas, é a pátria que trabalha; quando se arvora nas flechas das catedrais, é a pátria que reza; [...] quando, depois de arrancada temerosa, se baloiça na posição conquistada, queimada e esburacada pelo fogo e pelas balas, é a pátria que canta o hino da vitória!”²⁹.

3. A novidade da publicação de *Portugal em Roma* ecoou rapidamente pela cidade de Bragança. Por ser seu “amigo muito do peito”, e por se tratar de “coisa grande”³⁰, a 4 de novembro de 1939, Mons. Castro remeteu a Raul Teixeira uma cópia do telegrama de felicitações do Núncio Ciriaci, que lhe dera a saber tal notícia. Ao autor e obra se dedicaram inúmeros artigos, em periódicos nacionais e estrangeiros, sem causar admiração que certa imprensa e crítica, do sistema ou com ele manifestamente comprometido, fossem “unânicos no elogio”.

26 *Ibidem*, f. 225.

27 Cf. Eduardo Brazão – Bibliografia das comemorações centenárias. *Revista dos Centenários*, Ano II, n.º 24 (31 dez. 1940), pp. 44-56.

28 “Portugal em Roma: Foram brilhantíssimas, na capital da Itália, as comemorações do Duplo Centenário de Portugal”. *Novidades* (18 dez. 1907), p. 1, col. 5-6.

29 Cf. MAB/Fundo Amigos do Museu: Cx 22, doc. 327.

30 *Ibidem*.

Organizada em catorze capítulos ao longo de dois compactos volumes, com mais de 400 páginas cada um, *Portugal em Roma*, obra alheia a uma estrita cronologia dos acontecimentos, configura a história das relações políticas e diplomáticas de Portugal com Roma, desde o início da nossa nacionalidade; das ações ali realizadas por portugueses; das concessões obtidas por muitos deles; das deferências que para com Portugal teve grande número de Papas; da ação brilhante de vários portugueses enviados a Roma em missões oficiais e de muitos que, como professores, ali se evidenciaram; dos portugueses canonizados; dos pintores, escultores e arquitetos que frequentaram as escolas romanas; dos cardeais, patriarcas e bispos portugueses nomeados, com os dados biográficos dos mais notáveis; dos representantes diplomáticos portugueses; tudo documentado com transcrições de textos e acompanhado da contextualização histórica, política, social e religiosa de Portugal em cada época³¹. Por seu lado, Augusto de Castro, então diretor do *Diário de Notícias*, em texto de 4 de dezembro de 1939, cumpria o que em carta datada de 27 do mês anterior declarava ao autor do livro em apreço:

“O seu livro *Portugal em Roma* é daqueles que não se agradecem sem serem lidos. Acabo de o ler agora com um interesse crescente, fascinado pela cultura, pela clareza, pelo interesse de cada página, de cada documento, de cada evocação.

O seu espírito, meu caro Monsenhor, veio, com este excelente trabalho, acabar com uma lacuna grave na erudição portuguesa e até na nossa história diplomática. Temos agora um repositório precioso, bibliográfico e crítico das relações portuguesas com Roma.

Honra lhe seja!

O *Diário de Notícias* vai referir-se à sua obra com a demora e o aplauso que ela merece”³².

E se, num primeiro momento, o *Osservatore Romano* se limita a referenciar a saída de *Portugal em Roma*, já na edição de 25 de maio de 1940, por se tratar de “obra monumental”, dedica-lhe um longo e minucioso artigo. Na judiciosa avaliação do jornal romano, “De Castro é um historiador e um artista. Vê a história através da sua lente que lhe dá cor e a alma; alma e cor que lhe dão uma impressão recreativa”. Tal como nas obras precedentes, o *Osservatore Romano* assinala a “mesma originalidade, onde a arte de ‘ver’ o facto histórico é acompanhado precisamente pela arte de contá-lo, numa conversa fluente, aqui e além acalorada, feita de sínteses e anedotas,

31 Augusto de Castro – Portugal em Roma. *Diário de Notícias* (4 dez. 1939), p. 1. Uma outra tentativa de síntese em: Franciserco de Almeida Dias – Monsenhor José de Castro – A História de Portugal em Roma. In *Scrigni della memoria: Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas*. Org. Nunziatella Alessandrini et al. Lisboa: Universidade de Lisboa/Edição Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2016, pp. 61-62.

32 *Monsenhor José de Castro: Subsídios para a biografia dum ilustre Bragantino*. Coord. Raul Teixeira. Bragança: [s.n.]. Gráfica Transmontana, 1950, p. 22.

de traços rápidos e pinceladas luminosas e definitivas”³³. Por conseguinte, “os dois volumes pelo qual se distribuem as diversas ‘monografias’ que aqui se chamam modestamente capítulos, não nos enfadaram de modo algum com notas; acabam ao contrário com um ‘apêndice’ que nos revela pelas suas pesquisas muito espírito de observação e bom gosto literário”³⁴. Após o meticoloso elenco da prodigalidade de informação complementar disponibilizada em “apêndice”, o *Osservatore Romano* descobre “um único grande defeito” em *Portugal em Roma* de Mons. José de Castro:

“a obra é escrita em português. Para ser propriamente, para ser verdadeiramente *Portugal em Roma*, deveria sim falar de Portugal, mas na língua de Roma, para que Roma... entenda sempre melhor Portugal. Grande defeito que pode e deve ser tirado e depressa: com uma tradução digna, conforme não só com a letra mas também ao estilo do texto; à conceção e ao espírito do singular autor.

Assim o auguramos; e nestes augúrios cordiais saudações à obra monumental”³⁵.

Nunca, todavia, a obra conheceu tradução para a língua de Roma.

Francisco Manuel Alves, o célebre Abade de Baçal, terá sido quem primeiro, a nosso conhecimento, escreveu sobre *Portugal em Roma* e, dado curioso, antes ainda do lançamento da obra a público e antes mesmo que o seu autor a recebesse³⁶. Assim, em 25 de outubro de 1939, anunciava “para breve o aparecimento de mais um livro de Monsenhor José António de Castro [...] destinado a grande êxito, pelo assunto, pelo momento histórico da sua aparição e pelo autor, assaz conhecido no campo das letras, como escritor de polpa”. A seu juízo, ao “jornalista-viajante” sucedia agora o

“historiador consciencioso, investigador profundo, saturado de erudição, em labuta com textos epigráficos, carcomidos palimpsestos e toda essa falange de códices membranáceos, pergaminháceos e bibliáceos, que fazem o orgulho dos ricos Arquivos romanos de mundial renome.

Que assombrosas faculdades de adaptação! que fecúndia exaustiva de trabalho”³⁷.

O autor das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* divide *Portugal em Roma* em duas partes: “na primeira, qual moldura artisticamente cinzelada de grandioso quadro, esgota seu autor quanto está publicado por escritores nacionais e estrangeiros, principalmente italianos, referente à ação dos portugueses em Roma”; já na “segunda rebrilha o quadro constituído por inúmeras notícias

33 “Portugal em Roma’ no Vaticano”. *Novidades* (30 maio 1940), p. 6, col. 3-4, em transcrição do *Osservatore Romano*.

34 *Ibidem*.

35 *Ibidem*.

36 Cf. Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), “Portugal em Roma’ por Monsenhor José de Castro”. *Novidades* (25 out. 1939), p. 1, col. 3-5; p. 4, col. 4.

37 *Ibidem*.

inéditas exumadas dos ricos Arquivos do Vaticano, acompanhadas pela transcrição de muitos documentos na íntegra ou em extrato, de alto valor para a História portuguesa”³⁸.

E se o olhar arguto do Abade de Baçal vê a obra como “um dos primeiros” contributos “e de relevo máximo” para as “Festas Centenárias atinentes à fundação da nossa Nacionalidade e da Restauração de 1640”, também não deixa de sublinhar que, “à maneira de Suetónio entre os historiadores antigos, ou de Cantu entre os modernos também Monsenhor Castro não esquece a anedota, a frase histórica que caracteriza homens, épocas e costumes, o suelto cáustico, que rindo fustiga desmandos”³⁹. Assim declarava a pena de Francisco Manuel Alves, na edição de 25 de outubro de 1939 do *Novidades*. Em carta dirigida àquele “bom amigo”⁴⁰, a partir de Roma, e com data de 13 do mês seguinte, Mons. José de Castro escreve: “Assino as *Novidades*; e por infelicidade só ontem pude conseguir o número em que o Sr. Abade diz coisas mirabolantes acerca de mim e do *Portugal em Roma* que ainda não recebi.” Por conseguinte, agradece-lhe

“o mais vivamente que possa, as caridosas mentiras de que se serviu para recomendar ao público o meu trabalho. Digo que sobre serem caridosas, são milagrosas pois estou certo que os seus adjetivos se transformarão no substantivo “*cobe*”. Com este milagre está o Sr. Abade habilitado a ter processo de canonização depois de morto, o mais tarde possível. Isto sem falar no prestígio com que enrolou o trabalho; prestígio oriundo tão somente da sua nomeada nacional.

O Abade de Baçal é gente grande em Portugal. Além do telegrama do Sr. Núncio cuja cópia lhe enviei, o Doutor Salazar escreveu-me, dizendo, além do mais, que o *começou logo a ler*.

Claro que sendo agradecido como sou, não serei – calculo eu – um ingrato para consigo. E é até por isto que lhe receio uma chamuscadela no Purgatório pelos oportunos e proveitosos exageros com que brindou e engalanou a minha vaidade.

Sabe? Estou a preparar duas comunicações para o Congresso do Mundo Português.

Creia que é muito amigo e muito agradecido o abraço que lhe manda o Pe. Castro”⁴¹.

38 *Ibidem*.

39 *Ibidem*.

40 Como contributo para as relações de profunda amizade e admiração recíproca entre Francisco Manuel Alves e José de Castro, veja-se: Henrique Manuel Pereira – Abade de Baçal e Mons. José de Castro: Património e espessura do passado nordestino. *Brigantia*. 34-35 (2016-17), 213-221. Número dedicado ao 150.º Aniversário do Nascimento do Abade de Baçal [Atas do Congresso *Vida, Obra e Pensamento de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal*. 13 e 14 nov. 2015. Auditório Paulo Quintela. Bragança].

41 *Boletim do Museu do Abade de Baçal*, n.º 1 (9 abril 1998), pp. 30-31. Ao Dr. José Manuel Neto Jacob se deve a leitura e fixação desta carta.

Também Alberto d'Oliveira, ilustre diplomata e homem de letras, com quem Mons. José de Castro mantinha forte amizade desde a sua recente passagem pela Legação Portuguesa junto da Santa Sé, na qualidade de Ministro Plenipotenciário, pronto manifestou o seu regozijo pelos dois volumes de *Portugal em Roma*. Em artigo publicado no diário *A Voz*, o diplomata põe em evidência, desde logo, os traços de carácter de Mons. José de Castro, que o haviam notabilizado nos círculos eclesiásticos e diplomáticos do Vaticano, como, de resto, ele mesmo testemunhara pelo convívio e pelo trabalho por ambos depois desenvolvido na Legação: “Português de lei, sacerdote exemplar, coração de oiro, inteligência culta e insaciável, são estes dotes ainda enriquecidos pela vivacidade de espírito, amor ao trabalho e gosto de ser útil”⁴².

À semelhança do Abade de Baçal, também Alberto d'Oliveira sublinha a riqueza de dados históricos fornecidos por *Portugal em Roma*, fruto das “preciosidades” extraídas ao longo de anos de trabalho no Arquivo da Legação Portuguesa em Roma. Justamente a propósito da relevância e das potencialidades do trabalho de investigação empreendido por Mons. José de Castro, e em face do manancial de documentos ainda inexplorados, afirma: “Se eu fosse governo colocaria Monsenhor Castro em serviço vitalício no Vaticano, logo que ele desse por findo o catálogo do arquivo da Legação, e até lhe facilitaria os auxiliares necessários para levar a bom termo”⁴³.

O trabalho nos arquivos romanos e as investigações historiográficas do sacerdote e diplomata prosseguiram, sustentados pelo esforço pessoal, capacidade de trabalho e tenaz propósito de serviço à nação. Em carta de 23 de março de 1940, dirigida ao Presidente do Conselho, Mons. José de Castro informa: “já quase paguei a despesa do ‘Portugal em Roma’, que importa em 36.607.20, e que destino eventual receita para o novo trabalho em preparação”⁴⁴. Mais importante do que isso, dá conta do seu entusiasmo pela repercussão internacional de *Portugal em Roma*. A extraordinária receção da obra animara-o a novas investigações, mesmo porque nos meios eclesiásticos e diplomáticos era evidente a marca impressiva daquela investigação, abrindo caminho a trabalhos similares noutros países. Se estava contente “por ter dado à Nação” aquele “presente de trabalho e dinheiro, embora com o risco” de lhe “chamarem pedaço d’asno pelo que fiz”; e se “o Senhor Núncio disse bem do livro para a Secretaria d’Estado onde já o ofereci e qualquer dia o oferecêrão ao Santo Padre”, já “o Embaixador d’Espanha quer para o seu país um livro nos moldes do meu; e decerto que terá novo apetite quando vir o que estou a fazer sobre

42 Alberto d'Oliveira – Portugal em Roma. *A Voz* (11 nov. 1939), p. 1, col. 1.

43 *Ibidem*, p. 1, col. 2.

44 TT, Arquivo Oliveira Salazar, Correspondência de José de Castro: PT/AOS/E/0060/00014, f. 232-233. Carta entretanto publicada em: Henrique Manuel Pereira; Sandra Vale – *Correspondências*, p. 139.

os portugueses no Concílio de Trento, com Fr. Bartolomeu dos Mártires na cabeça do rol.⁴⁵

Três dias volvidos sobre aquela missiva, em 26 de março de 1940, o Papa concede uma audiência particular ao autor de *Portugal em Roma* para a oferta da obra e, nesse mesmo dia, ele remete a Oliveira Salazar um relato circunstanciado do acontecimento:

“Fui recebido às 10 e um quarto da manhã, de 26/3/940.

Depois de beijar a mão, o Santo Padre, olhando para o livro, disse:

– Já sei que é muito interessante.

– A minha contribuição para as festas dos Centenários, e com o fim de tornar ainda mais simpáticas nos ambientes intelectuais as relações de Portugal com a Santa Sé.

– E tem muita coisa inédita...

– Algumas. Lembro-me, por exemplo, da entrega das credenciais a Pio VII em Fontainebleau, dos presentes de Pombal aos inimigos dos jesuítas e da morte de Clemente XIV.

E o Papa curioso: – Ondes está isso?

Depois de apontadas, o Santo Padre abriu as folhas e leu aqui e alem, alto, durante meia hora, acompanhando a leitura de pedidos de explicação e de rápidos e sucessivos comentários.

E no fim, pondo os livros sobre a mesa: – Muito bem. Creia que o vou ler. Muitas bênçãos para o querido Portugal, para o seu grande Chefe, para si e para os que moram no seu coração.

Quando saí, eram 11 horas menos um quarto⁴⁶.

O ano de 1940 corria propício para Mons. José de Castro, entre os trabalhos de investigação nos Arquivos e os últimos momentos das negociações para a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé. Em carta de 4 de maio de 1940 para Raul Teixeira, dava conta do cansaço, mas, sobretudo, do entusiasmo pelos êxitos de *Portugal em Roma*:

“O livro está a ter repercussão mundial. O ‘Osservatore Romano’ augurou, há dias, que todas as nações tenham igual iniciativa. Quando tive audiência particular do Santo Padre, este abriu folhas, em páginas, pediu explicações, fez comentários. Tratou-se de Pombal e os jesuítas e a morte de Clemente XIV.

Pois apesar do que se passou e que tanto me envaideceu, ordenou ao Secretário d’estado que me escrevesse uma carta, recebida há dias em que chamava ao livro ‘*accurata e pregevole pubblicazione*’ recebido com ‘*vivo compiacimento*’ pelo Santo Padre que agradece ‘*di tutto il cuore*’ e chama ao meu trabalho ‘*lodevole attività*’⁴⁷.

45 *Ibidem*.

46 *Ibidem*, f. 236.

47 MAB, Fundo Raul Teixeira: Cx. 4(2)/mç. 4. [Documentação em organização]

Aos olhos de Mons. José de Castro, o caminho da recuperação do prestígio da nação fazia-se agora em ritmo acelerado. Assinada a Concordata e o Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé, em 7 de maio de 1940, abriu-se, finalmente, uma nova era nas relações entre os dois Estados signatários. O seu trabalho não se esgotava, contudo, na ratificação deste acordo. Resoluto na afirmação das relações históricas entre Portugal e o Papado, Mons. Castro direcionou o seu esforço para a investigação historiográfica a partir dos arquivos do Vaticano, dando relevo a acontecimentos e figuras que engrandeceram o nome de Portugal no quadro internacional.

O reconhecimento, ao mais alto nível, da valia de *Portugal em Roma* e as referências que a obra obtivera na imprensa estrangeira, constituíram um tónico para as exigências da investigação que Mons. José de Castro prosseguia com todo o afã. Assim o declara a Raul Teixeira, na mesma carta de 4 de maio de 1940:

“Estou a trabalhar mesmo muito. E o que tenho já apurado para o novo trabalho ‘Portugal no Concílio de Trento’ em D. Frei Bartolomeu dos Mártires, já me dá para mais de um volume. Será um trabalho nacional a apresentar na alvorada do Centenário do Concílio. Tenho muita coisa, mesmo muita inédita. Estou animado a sair desta camisa de 11 varas”⁴⁸.

Com efeito, fruto das intensas e aturadas investigações realizadas nos referidos arquivos, outras obras se seguiram a *Portugal em Roma*, designadamente: *D. António Prior do Crato* (1942), *D. Sebastião e D. Henrique* (1942), *O Cardeal Nacional* (1943), *Portugal no Concílio de Trento* (1944-1946, 6 vol.) [Vol. I-III, 1944; Vol. IV, 1945; Vol. V-VI, 1946] e *Venerável D. Frei Bartolomeu dos Mártires (Arcebispo e Senhor de Braga)* (1946)⁴⁹.

Portugal no Concílio de Trento, em seis volumes, terá sido porventura a *opus magnum* do autor que nos vem conduzindo. Em julho de 1944, por ocasião da publicação do segundo volume da obra, em entrevista concedida ao jornal *Novidades*, Mons. José de Castro dá conta de terem sido, ao longo de “quatro anos”, “catorze horas de trabalho diário”, durante as quais, “um mundo de códices passou-me pelas mãos. Durante eles, só me faltou comer e dormir no Arquivo Secreto do Vaticano. Eu próprio me espanto da atividade desenvolvida”⁵⁰.

Num olhar transversal pelas incursões arquivísticas de Mons. José de Castro, e investigações historiográficas delas decorrentes, constata-se sem esforço este

48 *Ibidem*.

49 Desta obra se fez reedição, acrescida de três textos dispersos e igualmente dedicados à venerável figura: José de Castro – *D. Frei Bartolomeu dos Mártires e outros textos sobre o Venerável*. Organização e Introdução de Henrique Manuel Pereira. Bragança: Diocese de Bragança-Miranda, 2014. Coleção *Presbyterium*, 6.

50 “‘Portugal no Concílio de Trento’: É hoje posto à venda o 2.º volume da notável obra de Mons. José de Castro. O ilustre historiador fala às *Novidades*”. *Novidades* (7 jul. 1944), p. 1.

facto apreciável: em concomitância com o exercício das funções de Consultor eclesiástico, “em pouco mais de dez anos organizou, catalogou e estudou a fundo os arquivos da Embaixada [de Portugal no Vaticano] e do Instituto [de Santo António dos Portugueses], tendo respigado também grande parte dos fundos lusitanos do Arquivo Secreto do Vaticano”⁵¹. Não obstante a monumentalidade do conjunto do seu trabalho monográfico, *Portugal em Roma* obteve um impacto particular. De entre os vários títulos que constituem a sua obra, este terá sido, porventura a par de *Portugal no Concílio de Trento*⁵², o que “melhor resistiu ao tempo e constitui ainda hoje um estudo essencial para a história da presença portuguesa em Itália”⁵³.

51 Francisco de Almeida Dias – Monsenhor José de Castro: A História de Portugal em Roma. In *Scrigni della memoria: Archivos e Fondos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas*. Org. Nunziatella Alessandrini; Susana Bastos Mateus et al. Lisboa: Edição Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, 2016, p. 61.

52 Cf. *Concilio de Trento: Innovar en la tradición: Historia, Teología y Proyección*. Dir. José Ignacio Ruiz Rodríguez; José Eduardo Franco et al. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2016.

53 Francisco de Almeida Dias – Monsenhor José de Castro: A História de Portugal em Roma. In *Scrigni della memoria*, p. 61.